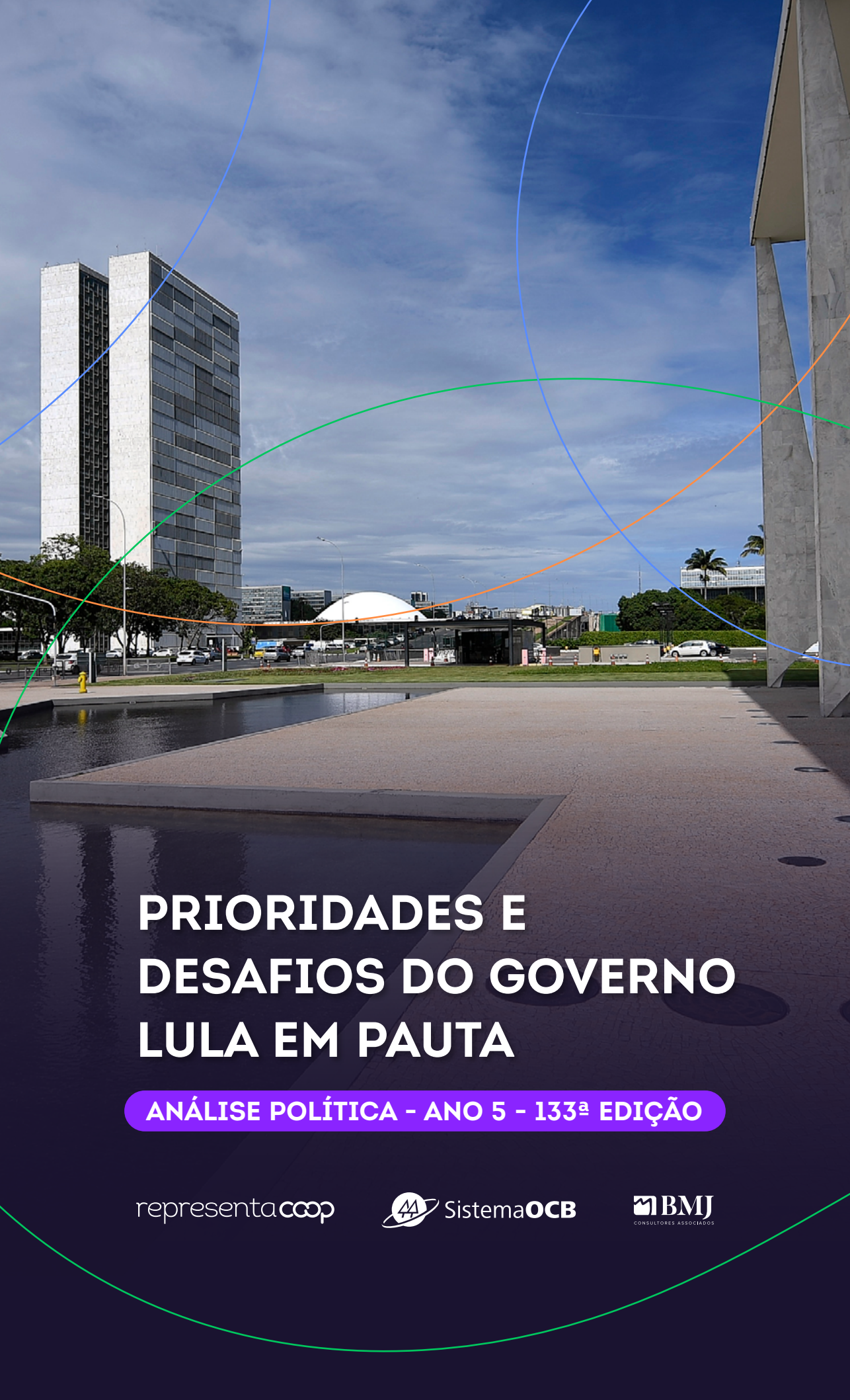




PRIORIDADES E DESAFIOS DO GOVERNO LULA EM PAUTA

ANÁLISE POLÍTICA - ANO 5 - 133ª EDIÇÃO

representa**coop**



Sistema**OCB**

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS



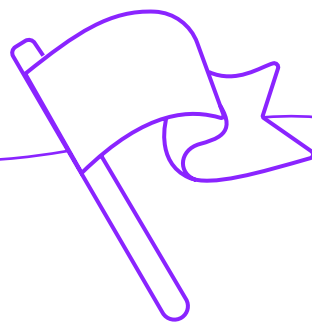
Apresentação

Nos últimos meses, houve o declínio da popularidade do presidente Lula, levando o governo a redobrar esforços para conquistar resultados visíveis. Tornou-se evidente a necessidade de evitar novos conflitos, especialmente no Congresso Nacional, onde a articulação política é crucial para a agenda estratégica do governo.

A ampliação da base aliada trouxe desafios, com parlamentares nem sempre alinhados ao governo. Assim, o foco agora é estabilizar as relações entre Executivo e Legislativo para avançar em questões estratégicas, como a Reforma Tributária, e garantir sucesso nas eleições municipais.

Internamente, o governo também enfrenta tensões, como o agravamento da crise da Petrobrás, o descontentamento do presidente Lula com a atuação da Vale e o pedido de demissão em massa de fiscais agropecuários.

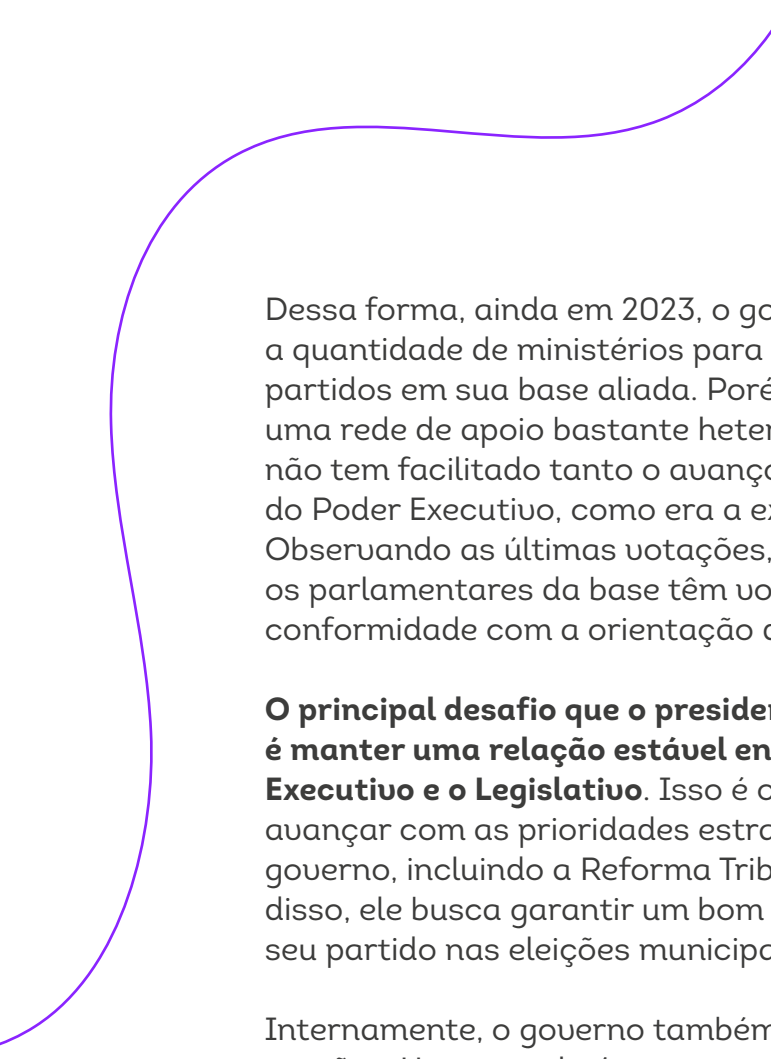
Nesta edição do boletim “Análise Política”, produzido em colaboração com a BMJ Consultores Associados, oferecemos uma análise sobre a atuação do governo, suas prioridades e o papel do Sistema OCB na formulação de políticas que atendam às demandas específicas do cooperativismo.



Prioridades e desafios do governo Lula em pauta

Como evidenciado pelas pesquisas conduzidas recentemente, é possível identificar uma redução na popularidade do presidente Lula. Com isso, o governo tem concentrado seu empenho para apresentar resultados palpáveis à população. Uma estratégia fundamental tem sido a de promover uma agenda mais positiva, concentrando-se na concretização das promessas de campanha.

Há ainda uma preocupação em evitar novos desgastes, especialmente com o Poder Legislativo, onde a articulação política se torna essencial para a viabilização das propostas governamentais. Desde o início da gestão, o governo tem enfrentado o desafio de assegurar a governabilidade, tendo em vista o perfil dos parlamentares que, ideologicamente, são menos alinhados ao governo petista. Como consequência, Lula acumulou algumas derrotas relevantes no Parlamento, como a derrubada dos vetos do marco temporal das terras indígenas e da desoneração da folha de pagamentos.



Dessa forma, ainda em 2023, o governo ampliou a quantidade de ministérios para acomodar mais partidos em sua base aliada. Porém, foi constituída uma rede de apoio bastante heterogênea e que não tem facilitado tanto o avanço da pauta do Poder Executivo, como era a expectativa. Observando as últimas votações, nem sempre os parlamentares da base têm votado em conformidade com a orientação do governo.

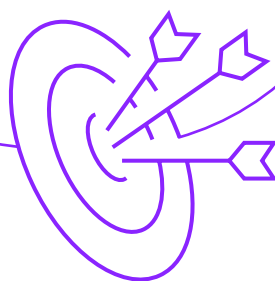
O principal desafio que o presidente Lula enfrenta é manter uma relação estável entre o Poder Executivo e o Legislativo. Isso é crucial para avançar com as prioridades estratégicas do governo, incluindo a Reforma Tributária. Além disso, ele busca garantir um bom desempenho de seu partido nas eleições municipais deste ano.

Internamente, o governo também enfrenta tensões. Um exemplo é o agravamento da crise da Petrobrás, que foi iniciada com a divergência em torno da distribuição de dividendos da estatal. O presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, defende o pagamento dos valores como forma de mitigar a insatisfação do mercado financeiro quanto a uma eventual interferência do governo na petroleira. Já o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, entende que os valores deveriam ser reinvestidos na estatal para pesquisas de inovação.

Com a publicização da questão e o envolvimento de outros atores políticos, foi levantada a possibilidade de troca da liderança da estatal. Os principais nomes cotados são o do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante; da ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível,

Magda Chambriard; e do secretário especial de Análise Governamental da Presidência, Bruno Moretti. Como a gestão de Prates tem sido bem avaliada pelo mercado financeiro, dificulta o apoio de agentes financeiros quanto uma eventual troca no comando da empresa no curtíssimo prazo.

Outros fatores são: o descontentamento do presidente Lula com a atuação da Vale, o que tem dificultado a definição do novo presidente do conselho administrativo da empresa; o pedido de demissão em massa de fiscais agropecuários, devido à falta de servidores e a redução dos prazos para análise de cargas de origem animal destinadas à exportação; e a reação negativa dos motoristas de aplicativos de plataforma em relação ao projeto de lei encaminhado pelo governo.



E quais são as prioridades do governo?

Neste cenário, o presidente Lula tem afirmado que sua principal meta para 2024 é a implementação de mais medidas voltadas à população, em especial a de baixa renda. O planejamento é que o petista percorra todos os estados brasileiros, lançando obras, inaugurando projetos e fortalecendo sua base de apoio, visando as eleições municipais e as eleições de 2026.

O tom que o governo vem utilizando tem como foco comunicar a eficiência da gestão, por meio da melhoria da qualidade de vida da população, com ampliação do emprego e renda e controle da inflação.

Dentre as principais ações em curto prazo, destacam-se:

- Lançamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos estados, com foco no investimento em infraestrutura e desenvolvimento regional.
- Atualização e modernização do CadÚnico, para ampliar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade aos programas sociais.
- Aumento do acesso ao crédito para as pessoas de baixa renda e micro e pequenas empresas, principalmente por meio de bancos públicos.
- Medidas econômicas para a redução do preço dos alimentos, que estavam mais controlados durante o ano passado.
- Regulamentação da Reforma Tributária, com o objetivo de trazer maior eficiência na arrecadação.
- Ampliação da relevância do Brasil nas negociações internacionais, aproveitando que o país preside o G20.

Adoção de medidas que promovam a redução do desmatamento e fortalecimento das políticas ambientais, tendo em vista a proximidade da COP 30, que será realizada em Belém/PA.



E a atuação do coop nesse contexto?

O Sistema OCB desempenha um papel estratégico na interlocução junto ao Poder Executivo. A nossa atuação envolve um trabalho de inteligência, por meio do monitoramento de atos normativos, o mapeamento de atores-chave e de fóruns de participação, além do acompanhamento de consultas públicas e oportunidades para o cooperativismo em políticas e programas governamentais.

Além disso, o Sistema OCB tem o compromisso de representar o movimento cooperativista, através de uma atuação sistêmica na defesa dos interesses legítimos do setor. Isso se traduz em esforços contínuos para criar um ambiente regulatório cada vez mais favorável ao desenvolvimento das cooperativas e contribuir com a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades do nosso modelo.

Por meio dessas iniciativas, buscamos assegurar o desenvolvimento das cooperativas brasileiras e contribuir para um país mais justo e sustentável.

Normativos

Desde 2015, o Sistema OCB tem um fluxo estabelecido de monitoramento de normativos publicados no Diário Oficial da União (DOU). Tal processo representa a segurança de que todas as manhãs teremos conhecimento dos atos normativos de impacto ao setor cooperativista assinados pelo Governo Federal, sejam novas legislações, políticas públicas, mudanças regulatórias, alterações do quadro governamental, criação de câmaras setoriais entre outros.

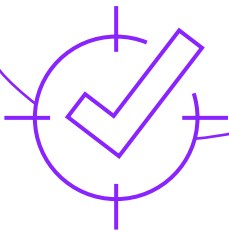
Além disso, sempre que necessário, compartilharemos com os conselhos consultivos dos ramos e com as organizações estaduais do Sistema OCB as informações de maior relevância, de modo a manter nossa base informada sobre as decisões do poder público e solicitar posicionamentos e contribuições para que possamos atuar em busca do aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo e da indução de políticas públicas que contemplem as necessidades do setor.

NORMATIVOS COM IMPACTO PARA O COOPERATIVISMO ATÉ ABRIL DE 2024:

Mês	Normativos
Janeiro	195
Fevereiro	179
Março	303
TOTAL	677

**ÓRGÃOS COM O MAIOR NÚMERO DE
NORMATIVOS PUBLICADOS COM IMPACTO
PARA O COOPERATIVISMO ATÉ ABRIL DE 2024:**

Órgão	Normativos
Ministério da Fazenda (MF)	146
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	111
Ministério de Minas e Energia (MME)	94
Ministério da Saúde (MS)	62
Atos do Poder Executivo	50
Banco Central do Brasil (BCB)	22
Presidência da República (PR)	19



Reuniões / Participação em Fóruns

A aproximação institucional e a construção de relacionamentos sólidos e construtivos com o Governo Federal fazem parte de um processo contínuo e inesgotável. Mesmo que não haja uma composição completamente nova do governo, depois do período eleitoral, o quadro governamental muda com frequência por diversas razões.

Por isso, o Sistema OCB tem o constante desafio de se aproximar de interlocutores e tomadores de decisão e construir uma agenda colaborativa na formulação de políticas públicas com o intuito de apresentar as especificidades do nosso modelo econômico.

Vale destacar que, no início de cada novo governo, o Sistema OCB estabelece uma estratégia de aproximação institucional, por meio de um mapeamento minucioso da estrutura do Poder Executivo, com o intuito de identificar as pastas e áreas de interesse para o cooperativismo, com as respectivas competências e os perfis das autoridades prioritárias.

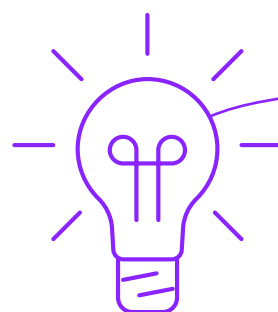
O principal objetivo desse trabalho é a defesa de marcos regulatórios e políticas públicas que apoiem e estimulem o cooperativismo brasileiro. Para tanto, além do relacionamento permanente com o governo, o Sistema OCB participa ativamente de conselhos, câmaras e fóruns instituídos pelo poder público.

No governo Lula III, em razão da criação de espaços de debate e participação social, **o cooperativismo adotou uma postura proativa para garantir sua presença em todos os espaços com impacto para as cooperativas brasileiras**. Isso resultou no aumento da nossa participação de **65 para 72 fóruns** do Poder Executivo, ampliando nossa influência e representação.

Desta forma, ingressamos em grupos como o Conselho Nacional das Cidades (Concidades), o Comitê de Economia de Impacto (Enimpecto), Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), Grupo de Trabalho para debater

a Regulamentação do trabalho via aplicativos, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC), entre outros.

Até março, foram realizadas 58 reuniões no âmbito do Poder Executivo, o que representa cerca de **1,1 agendas por dia**. Ressaltamos que foram realizadas **5 reuniões com ministros de Estado ou outros atores do primeiro escalão** do Governo Federal.



Ações em Destaque em 2024

Imersão em Cooperativismo Pré-COP 29

Realizada anualmente, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP) representa um momento crucial no diálogo global sobre mudanças climáticas, reunindo governos e organizações da sociedade civil de todo o mundo para discutir e definir ações concretas para combater esse desafio permanente. É evidente a necessidade de incorporar e incentivar práticas inovadoras e inclusivas para enfrentar as questões climáticas. **E uma dessas práticas é o modelo de negócios cooperativista, que é baseado na colaboração, equidade e sustentabilidade.**

Por essa razão, de modo a destacar o cooperativismo como alternativa para superar o desafio das mudanças climáticas nos debates da COP 29, que acontecerá no Azerbaijão, o Sistema OCB promoveu a primeira etapa da Imersão em Cooperativismo para representantes de diversos órgãos governamentais. O encontro consistiu em um café da manhã institucional de boas-vindas na Casa do Cooperativismo seguido de uma visita à cooperativa de reciclagem Centcoop.

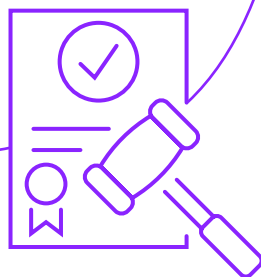
Participaram desta primeira etapa representantes de 8 pastas: Ministério da Agricultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Empreendedorismo; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério das Relações Exteriores.

Para a segunda etapa da imersão, o Sistema OCB preparou um programa de visitas a casos de sucesso de cooperativas atuando em prol da conservação e harmonia com o meio-ambiente, ao mesmo tempo que geram desenvolvimento social e crescimento inclusivo. Nesta etapa os representantes dos órgãos governamentais serão apresentados à resiliência do nosso modelo de negócios em duas regiões com características distintas: Rio Grande do Sul e Acre.



CONFIRA MAIS DETALHES:

<https://somoscooperativismo.coop.br/noticias-eventos/sistema-ocb-abre-as-portas-para-primeira-etapa-da-imersao-pre-cop-29>



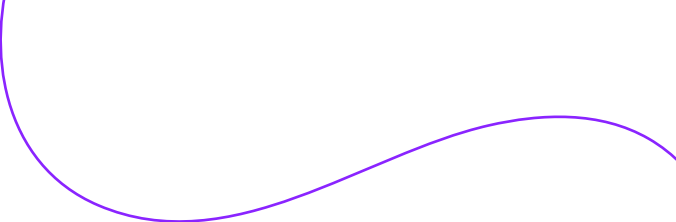
Reforma Tributária

No que diz respeito à reforma tributária, o texto constitucional aprovado **representa uma importante conquista para o cooperativismo, uma vez que proporciona justiça fiscal e promove segurança jurídica às operações realizadas, preservando, ainda, sua competitividade.**

De modo a subsidiar a elaboração dos anteprojetos de lei decorrentes da reforma tributária, o Governo Federal instituiu o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo (PAT-RTC). O programa é composto por uma Comissão de Sistematização, responsável por consolidar os materiais formulados pelas instâncias do programa, um Grupo de Análise Jurídica, que subsidiou as demais instâncias quanto aos aspectos jurídicos das propostas em elaboração; e 19 Grupos Técnicos destinados à regulamentação de temas específicos.

O Sistema OCB colaborou com as discussões dos seguintes GTs:

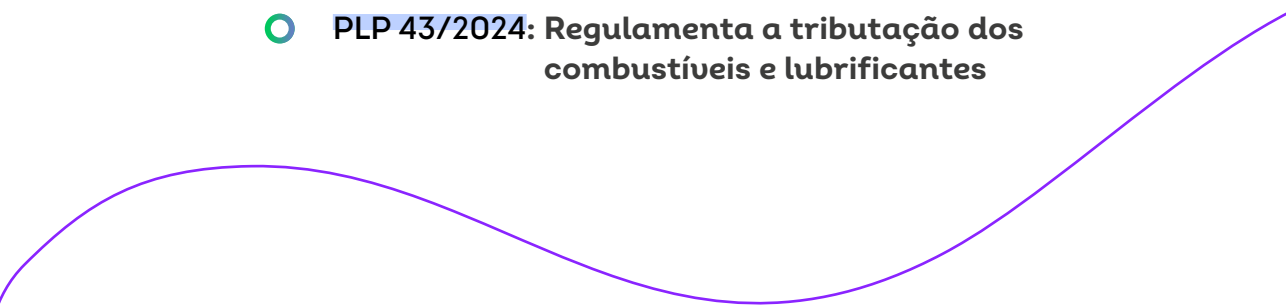
- GT 3 - regime específico de serviços financeiros;**
- GT 6 - demais regimes específicos;**
- GT 7 - operações com bens e serviços submetidos a alíquota reduzida; e**
- GT 13 - cesta básica e devolução do IBS e da CBS a pessoas físicas (cashback).**



No âmbito do Poder Legislativo, foram instalados Grupos de Trabalho (GTs) paralelos, ambientes mais acessíveis para entidades da sociedade civil apresentarem suas contribuições. **O Sistema OCB enviou as contribuições do cooperativismo para o GT-6, responsável pelo debate sobre os Regimes Específicos de tributação.**

Além disso, no dia 1º de março, o Sistema OCB participou de seminário promovido na Câmara dos Deputados para tratar dos impactos da regulamentação da reforma para os contribuintes. Durante o debate, defendemos a importância de que a regulamentação respeite a neutralidade tributária das cooperativas e evite a dupla tributação sobre o nosso modelo econômico, além de garantir que a operacionalização da regulamentação seja simples e efetiva.

Em relação aos GTs paralelos no âmbito do Legislativo, até o momento, foram apresentadas quatro propostas:

- **PLP 29/2024: Dispõe sobre a regulamentação do Imposto Seletivo**
 - **PLP 33/2024: Versa sobre a neutralidade na incidência dos IBS e CBS**
 - **PLP 35/2024: Institui a Cesta Básica Nacional de Alimentos – CeNA**
 - **PLP 43/2024: Regulamenta a tributação dos combustíveis e lubrificantes**
- 

Atualmente, a Comissão de Sistematização do PAT-RTC está consolidando as contribuições encaminhadas pelos grupos técnicos. Segundo o governo, União, estados e municípios já possuem consenso em relação a maioria dos pontos. Além disso, houve a sinalização de que **as propostas serão encaminhadas ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril.**



FIQUE ATENTO:

O Sistema OCB possui um site com todas as informações relevantes e ações no âmbito da Reforma Tributária:
<https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/ato-cooperativo-na-reforma-tributaria>

Conectividade no Campo

Na primeira semana de abril, o Sistema OCB **coordenou uma série de reuniões para apresentar o papel do cooperativismo nas políticas de conectividade rural e reforçar a importância do avanço do PL 1.303/2022, que visa assegurar a prestação de serviços de telecomunicações por cooperativas.** Além de representantes do Sistema OCB, os encontros contaram com a participação da Coprel, cooperativa referência na prestação dos serviços de conectividade.



Os encontros foram realizados na Secretaria de Telecomunicações e na Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações (MCOM); na Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); no Departamento de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura (Mapa); no gabinete do Senador Luiz Carlos Heinze (RS); e na liderança do governo no Senado.

O PL 1.303/2022 aguarda análise da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), para depois ser apreciado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), antes de seguir para sanção presidencial, caso os senadores não alterem o texto. A proposta é de autoria do deputado Evair Vieira de Melo (ES), secretário-geral da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).



CONFIRA MAIS DETALHES:

https://in.coop.br/atuação_ocb_conectividade_no_campo

Seguros

No primeiro trimestre do ano, o Sistema OCB desempenhou um papel importante na busca por ampliar a participação cooperativa no mercado de seguros no Brasil. A atual legislação atualmente restringe a atuação de seguradoras cooperativas apenas em áreas específicas, como seguros agrícolas, saúde e acidentes de trabalho. Essa limitação prejudica o desenvolvimento do mercado de seguros, especialmente quando associações seguradoras tradicionais não conseguem atender a todas as demandas. Ciente dessa necessidade, a OCB tem negociado com o Governo para redigir uma legislação favorável à atuação das cooperativas no setor de seguros.

Apenas em 2024, nos reunimos ao menos 3 vezes com representantes da Secretaria de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, além de mantermos contato constante com a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Paralelamente, temos atuado no âmbito do Poder Legislativo, onde tramitam os projetos de lei complementar 519/2018 e 101/2023.

Com base em experiências internacionais bem-sucedidas, a OCB busca criar um ambiente mais inclusivo e acessível para todos os brasileiros em busca de proteção e segurança financeira.



representa**coop**



Sistema**OCB**

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS